SEXTA EDIÇÃO

ECONOMIA

MICRO E MACRO

Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos

gen | atlas

8 FUNDAMENTOS DE TEORIA E POLÍTICA MACROECONÔMICA[1]

1 INTRODUÇÃO

A Macroeconomia é o ramo da teoria econômica que trata da evolução da economia como um todo, analisando a determinação e o comportamento dos grandes agregados, como renda e produto nacionais, investimento, poupança e consumo agregados, nível geral de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda e taxas de juros, balanço de pagamentos e taxa de câmbio.1

Ao estudar e procurar relacionar os grandes agregados, a Macroeconomia não analisa o comportamento específico das unidades econômicas individuais, tais como famílias e firmas, a fixação de preços nos mercados específicos, os efeitos de oligopólios em mercados individuais etc. Essas são preocupações da Microeconomia. A Macroeconomia trata os mercados de forma global. Por exemplo, no mercado de bens e serviços, o conceito de Produto Nacional é um agregado de mercados agrícolas, industriais e de serviços; no mercado de trabalho, a Macroeconomia preocupa-se com a oferta e a demanda de mão de obra e com a determinação dos salários e nível de emprego, mas não considera diferenças em qualificação, sexo, idade, origem da força de trabalho etc. Quando considera apenas o nível da taxa de juros, não costumam ser destacadas as diferenças entre os vários tipos de aplicações financeiras.

O custo dessa abstração é que os pormenores omitidos são muitas vezes importantes. A abstração, porém, tem a vantagem de permitir estabelecer relações entre grandes agregados e proporcionar melhor compreensão de algumas das interações mais relevantes da economia, que se estabelecem entre os mercados de bens e serviços, de trabalho e de ativos financeiros e não financeiros.

Entretanto, apesar do aparente contraste, não há um conflito básico entre a Micro e a Macroeconomia, dado que o conjunto da Economia é a soma de seus mercados individuais. A diferença é primordialmente uma questão de ênfase, de enfoque. Por exemplo, ao estudar a determinação de preços numa única indústria, na Microeconomia consideram-se constantes os preços das outras indústrias (a hipótese de *coeteris paribus*). Na Macroeconomia, estuda-se o nível geral de preços, ignorando-se as mudanças de preços relativos de bens das diferentes indústrias.

A teoria macroeconômica, propriamente dita, preocupa-se mais com *questões conjunturais*, *de curto prazo*. São considerados como questões de curto prazo o **desemprego** (entendido como a diferença entre a produção efetivamente realizada e a produção potencial da economia, quando todos os recursos estejam totalmente empregados) e a **inflação** (aumento contínuo do nível geral de preços). As políticas voltadas especificamente para as questões do desemprego e inflação são chamadas de **políticas de estabilização**.

A parte da teoria econômica que estuda o comportamento dos grandes agregados ao longo do tempo (longo prazo), é denominada **teoria do crescimento e desenvolvimento econômico**. Seu enfoque é diferenciado, preocupando-se fundamentalmente com **questões estruturais**, como progresso tecnológico, distribuição de renda, qualificação da mão de obra etc., e que envolvem planejamento de **médio e longo prazo**.

2 METAS DE POLÍTICA MACROECONÔMICA

São as seguintes as metas de política macroeconômica:

a) crescimento da produção e do emprego;
b) estabilidade de preços;
c) distribuição de renda socialmente justa;
d) equilíbrio externo.

2.1 CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO E DO EMPREGO

Pode-se dizer que a questão do desemprego, que eclodiu principalmente a partir dos anos 30, é que permitiu um aprofundamento da análise da política econômica com o objetivo de fazer a economia recuperar o nível potencial de produção e emprego. Para se ter uma ideia, o produto nacional dos Estados Unidos caiu, entre 1929 e 1933, 30% e a taxa de desemprego chegou a 25% da força de trabalho em 1933.

Se existe desemprego e capacidade ociosa, pode-se aumentar o produto nacional por meio de políticas econômicas que estimulem a atividade produtiva. No entanto, feito isso, há um limite à quantidade que se pode produzir com os recursos disponíveis. Aumentar o produto além do seu potencial exigirá:

- ou aumento nos recursos disponíveis;
- ou avanço tecnológico (ou seja, tecnologia mais avançada, novas maneiras de organizar a produção).

Quando falamos em crescimento econômico, estamos pensando no crescimento da renda nacional *per capita*, isto é, de que seja colocada à disposição da coletividade uma quantidade de mercadorias e serviços que supere o crescimento populacional. A renda *per capita* é considerada o melhor indicador, o mais operacional, para se aferir a melhoria do bem-estar, do padrão de vida da população.

Entretanto, o fato de o país estar aumentando sua renda real *per capita* não necessariamente significa que está tendo uma melhoria do seu padrão de vida. Nesse sentido, há uma diferença entre os conceitos de crescimento e de desenvolvimento econômico. O conceito de **crescimento econômico** capta apenas o crescimento da renda *per capita*. Um país está realmente melhorando seu nível de **desenvolvimento econômico e social** se, juntamente com o aumento da renda *per capita*, estiverem também melhorando os indicadores sociais (educação, saúde, diminuição da pobreza, meio ambiente, moradia etc.).

2.2 ESTABILIDADE DE PREÇOS

Define-se **inflação** como um aumento contínuo e generalizado do nível geral de preços. A inflação é um processo, e não altas esporádicas de preços.

Como mostraremos com mais detalhes no Capítulo 13, elevadas taxas de inflação acarretam distorções sobre a distribuição de renda, as expectativas empresariais, o mercado de capitais e as contas externas.

O processo inflacionário afeta principalmente a classe trabalhadora, que perde poder aquisitivo ao longo do tempo, que só poderá ser recuperado por ocasião dos dissídios coletivos, o que normalmente leva um ano. Por outro lado, Governo e empresas têm mais condições de "defender-se" da alta de preços: o Governo reajustando tarifas e preços públicos, acima de seus gastos, e as empresas repassando os aumentos de custos aos consumidores. Por essas razões, costuma-se dizer que "**a inflação é um imposto sobre o pobre**".

Evidentemente, com a redução do poder de compra dos trabalhadores, as empresas veem diminuída sua margem de lucros, e assim ficam desestimuladas para fazerem investimentos em projetos de expansão, criadores de empregos. Por seu turno, o Governo arrecadará menos de empresas e trabalhadores, o que limitará os investimentos em infraestrutura e em gastos sociais.

Portanto, a estabilidade de preços é uma **condição necessária** para um crescimento econômico contínuo e estável, com melhor distribuição de renda.

2.3 DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA DE RENDA

A economia brasileira cresceu bastante entre o fim dos anos 60 e a maior parte da década de 70. Apesar disso, observou-se um aumento da disparidade entre as classes de renda.

No Brasil, os críticos do chamado "**milagre econômico**" argumentam que piorou a concentração de renda no país nos anos 67/73 devido a uma política deliberada do Governo, a chamada "**Teoria do Bolo**": primeiro crescer, para depois pensar em repartição da renda.

A posição oficial era a de que certo grau de aumento de concentração de renda seria inerente ao próprio desenvolvimento capitalista, que traz transformações estruturais (êxodo rural, com trabalhadores de pequena qualificação, aumento da proporção de jovens etc.). O economista Carlos Geraldo Langoni, da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro, defendia a tese de que, no desenvolvimento capitalista, gera-se uma demanda por mão de obra qualificada, a qual, por ser escassa, obtém ganhos extras. Assim, o fator educacional seria a principal causa da piora distributiva. Mário Henrique Simonsen argumentava que, no processo de crescimento, há "desigualdade com mobilidade", isto é, o indivíduo permanece pouco na mesma faixa salarial e tem facilidade de ascensão. Isso seria um fator importante para a convivência com a piora da distribuição de renda, quando o país cresce.

É interessante observar que, naquele período, ocorreu maior concentração de renda, mas a renda média de todas as classes aumentou. O problema é que, embora os menos qualificados tenham melhorado seu padrão de vida, os mais qualificados melhoraram relativamente mais. Ou seja, houve um aumento geral do padrão de vida, com todos melhorando, mas com os mais especializados melhorando proporcionalmente mais.

2.4 EQUILÍBRIO EXTERNO

O equilíbrio das contas externas, ou seja, o equilíbrio no balanço de pagamentos, é condição fundamental para a estabilidade econômica de um país. Se um país tem déficits permanentes em suas contas externas, pode esgotar suas reservas cambiais, impossibilitando-o a honrar seus compromissos. Por outro lado, superávits persistentes nas contas externas tendem a provocar uma entrada de dólares que pode ser excessiva, forçando o Banco Central a emitir moeda nacional, em troca da moeda (divisa) estrangeira. Veremos mais adiante que a emissão de moeda em excesso pode levar ao aumento da procura de bens e serviços acima da capacidade produtiva do país, e com isso pressionar a taxa de inflação.

Ressalta-se na busca do equilíbrio externo e na estabilidade econômica o papel da **taxa de câmbio**, que é o preço da moeda estrangeira. A taxa de câmbio impacta não apenas sobre o balanço de pagamentos (exportações e importações, movimento de capitais financeiros internacionais etc.), e consequentemente sobre o nível de produção e emprego, mas também impacta diretamente na taxa de inflação. Portanto, é um importante objetivo de política econômica a manutenção de um nível adequado de taxa de câmbio para a estabilidade econômica de um país.

Inter-relações e conflitos de objetivos: dilemas de política econômica

Os objetivos não são independentes uns dos outros, podendo inclusive ser conflitantes. Atingir uma meta pode ajudar a alcançar outras.

Por exemplo, o crescimento pode facilitar a solução dos problemas de pobreza, uma vez que torna possível abrandar conflitos sociais sobre a divisão da renda, se a renda aumentar. Nesse sentido, é possível aumentar a renda dos pobres sem diminuir a dos ricos.

Entretanto, particularmente em países em desenvolvimento, as metas de crescimento e equidade distributiva têm se mostrado conflitantes, uma vez que muitos acreditam que o aumento do nível de poupança (necessário para sustentar o investimento para aumento do crescimento) seria mais facilmente obtido por meio de uma distribuição desigual de renda – especificamente aumentando a parte dos lucros e da poupança dos mais ricos na renda nacional (a já citada "Teoria do Bolo'').

Outro conflito pode estabelecer-se entre as metas de redução de desemprego e estabilidade de preços. Por exemplo, se essa redução de desemprego é obtida pelo aumento das compras, isso pode aumentar a inflação. O aumento das compras (por exemplo, de automóveis) reduz o desemprego, porque pessoas que estão desempregadas serão contratadas para trabalhar nas fábricas de automóveis; quando as famílias compram mais casas, os operários da construção encontram trabalho com mais facilidade. No entanto, à medida que a economia aproxima-se do pleno emprego de recursos, estes passam a escassear, provocando um aumento dos custos de produção, e o aumento das compras tende a agravar a inflação, porque é muito provável que os produtores repassem o aumento de custos de produção para os preços de seus produtos. Isso só não ocorrerá se, ao mesmo tempo, estiver ocorrendo um significativo aumento de produtividade que compense a elevação dos custos.

Por outro lado, políticas de estabilização da inflação podem levar ao aumento da taxa de desemprego, dado que tais políticas retraem a demanda de bens e serviços, podendo produzir queda da atividade econômica e, portanto, do emprego. Essas relações inversas entre taxas de inflação e taxas de desemprego, nos dois exemplos citados, são denominadas de ***trade off***.

Um claro exemplo de *trade off* ocorreu em 2003, no primeiro ano do Governo Lula, quando a necessidade de conter o aumento crescente de preços obrigou as autoridades a adotar medidas anti-inflacionárias, como elevação dos juros, redução do crédito e dos gastos públicos, o que acabou provocando um aumento da taxa de desemprego naquele ano. Se o governo não tivesse adotado essa postura, dificilmente o Brasil apresentaria as taxas de crescimento que obteve nos anos seguintes.

Outro exemplo bastante claro desses dilemas de política econômica ocorreu com o Plano Real, a partir de 1994: a meta de redução da inflação e de estabilização de preços foi plenamente atingida (de taxas de inflação de dois dígitos mensais passou-se a taxas em torno de 5% a 6% ao ano). Entre os instrumentos utilizados, recorreu-se à valorização da moeda nacional perante o dólar, o que promoveu um aumento das importações e da concorrência dos produtos estrangeiros com os nacionais, e o consequente barateamento dos preços internos. Entretanto, houve uma redução do ritmo das exportações (os produtos brasileiros ficaram mais caros em relação ao dólar), a balança comercial tornou-se deficitária e aumentou a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Mas o objetivo básico, que foi a estabilização dos preços, foi plenamente atingido, sendo fator importante para uma melhoria no poder aquisitivo das classes trabalhadoras.

A escolha do objetivo de política econômica é decidida no âmbito do **poder político**. As políticas econômicas afetam diferentes grupos na sociedade de diferentes maneiras, e qualquer escolha estará sujeita à objeção política pelos representantes dos grupos para os quais a escolha alternativa é pior. Na maioria dos países, é geralmente possível prever a alternativa de política econômica a ser escolhida, a partir do conhecimento prévio de que partido político deve assumir o poder.

O papel dos economistas é o de levar a cabo a orientação geral decidida pelo poder político, utilizando os instrumentos de política econômica da forma a mais eficiente possível, maximizando os benefícios e minimizando os custos da meta escolhida.

3 ESTRUTURA DA ANÁLISE MACROECONÔMICA

A Macroeconomia enfoca a Economia como se ela fosse constituída por uma parte real e uma parte monetária, divididas em quatro mercados: o mercado de bens e serviços, o mercado de trabalho, o mercado financeiro (monetário e de títulos) e o mercado cambial, conforme vemos no Quadro 8.1.

Quadro 8.1 *Estrutura da análise macroeconômica.*

	MERCADOS	VARIÁVEIS DETERMINADAS
Parte Real da Economia	Mercado de Bens e Serviços	Produto Nacional Nível Geral de Preços
	Mercado de Trabalho	Nível de Emprego Salários Nominais
Parte Monetária da Economia	Mercado Financeiro (monetário e títulos)	Taxa de Juros Estoque de Moeda
	Mercado de Dívidas	Taxa de Câmbio Estoque de Reservas Cambiais

Assim, ao tentar responder como tem se comportado o **mercado de bens e serviços**, efetua-se uma agregação de todos os bens produzidos pela economia durante certo período de tempo e define-se o chamado produto nacional. Esse produto representa a agregação de todos os bens produzidos pela economia. Seu preço, que representa uma média de todos os preços, é chamado nível geral de preços.

De maneira semelhante, o **mercado de trabalho** também representa uma agregação de todos os tipos de trabalhos existentes na economia. Nesse mercado, determinamos a taxa salarial e o nível de emprego.

Adicionalmente, discute-se o **mercado monetário**, pois a análise será desenvolvida numa economia cujas trocas são efetuadas utilizando-se sempre um elemento comum. Esse elemento comum é que se conhece por moeda. No mercado

monetário, determinam-se as taxas de juros e a quantidade de moeda necessária para efetuar as transações econômicas.

Numa economia, existem agentes econômicos superavitários e agentes deficitários. Agentes superavitários são aqueles que possuem um nível de renda superior a seus gastos e deficitários aqueles que possuem um nível de gastos superior ao de renda. Existe um mercado no qual os agentes superavitários emprestam para os deficitários. Em qualquer economia, há uma série de títulos que fazem essa função (títulos do governo, ações, debêntures, duplicatas etc.). A Macroeconomia, mais uma vez, agrega todos esses títulos e define um título (tradicionalmente é representado por algum título do governo), e no **mercado de títulos** procura-se determinar o preço e a quantidade de títulos.

Como a taxa de juros é determinada na realidade tanto no mercado monetário como no mercado de títulos, é bastante frequente analisar esses dois mercados conjuntamente, constituindo o **mercado financeiro**.

Finalmente, um país realiza uma série de transações com o resto do mundo, que se constituem em mercadorias, serviços e transações financeiras. Para torná-las viáveis, os preços dos diferentes países devem ser comparados e sua moeda deve ser convertida na moeda dos outros. A taxa de câmbio permite calcular a relação de troca, ou seja, o preço relativo entre diferentes moedas. Incorpora-se, então, no estudo macroeconômico o **mercado cambial**.

Os gastos do governo e a oferta da moeda, na análise macroeconômica, não são determinados nesses mercados, mas sim de forma autônoma pelas autoridades. Dizemos que são **variáveis determinadas institucionalmente**. Ou seja, os gastos públicos e a oferta de moeda não são determinadas, e sim determinam o comportamento das demais variáveis, de acordo com os objetivos do governo. Assim, o objetivo da análise macroeconômica é estudar como são determinados os agregados econômicos, e como atuar sobre o seu comportamento, através do manejo dos instrumentos de política macroeconômica.

4 INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MACROECONÔMICA

A política macroeconômica envolve a atuação do governo sobre a capacidade produtiva (produção agregada) e despesas planejadas (demanda agregada), com o objetivo de permitir à economia operar a pleno emprego, com baixas taxas de inflação e distribuição justa de renda. Os principais instrumentos são:

- política fiscal;
- política monetária;
- política cambial e comercial;
- política de rendas (controle de preços e salários).

4.1 POLÍTICA FISCAL

Refere-se a todos os instrumentos de que o governo dispõe para a arrecadação de tributos (**política tributária**) e controle de suas despesas (**política de gastos**). Além da questão do nível de tributação, a política tributária, por meio da manipulação da estrutura e alíquotas de impostos, é utilizada para estimular (ou inibir) os gastos do setor privado em consumo e em investimento.

Se o objetivo da política for redução da inflação, as medidas fiscais normalmente utilizadas são a diminuição de gastos públicos e/ou o aumento da carga tributária (o que inibe o consumo e o investimento), ou seja, visam diminuir os gastos da coletividade.

Se o objetivo for maior crescimento e emprego, as medidas fiscais seriam no sentido inverso, para elevar a demanda agregada.

Para uma política que visa melhorar a distribuição de renda, esses instrumentos devem ser utilizados de forma seletiva, em benefício dos grupos menos favorecidos. Por exemplo, impostos progressivos, gastos do governo em regiões e setores mais atrasados etc.

4.2 POLÍTICA MONETÁRIA

Refere-se à atuação do governo sobre a quantidade de moeda, de crédito e das taxas de juros. Os instrumentos disponíveis

para tal são:

- emissões;
- reservas compulsórias (percentual sobre os depósitos que os bancos comerciais devem reter junto ao Banco Central);
- *open market* (compra e venda de títulos públicos);
- redescontos (empréstimos do Banco Central aos bancos comerciais);
- regulamentação sobre crédito e taxa de juros.

No Capítulo 11, O lado monetário da economia, discutiremos detalhadamente esses instrumentos.

Por exemplo, se o objetivo for o controle da inflação, a medida de política monetária seria diminuir (enxugar) o estoque monetário da Economia (por exemplo, aumento da taxa de reserva compulsória, ou venda de títulos no *open market*). Se a meta é o crescimento econômico, seria o inverso.

As políticas monetária e fiscal representam meios alternativos diferentes para as mesmas finalidades. A política econômica deve ser executada mediante uma combinação adequada de instrumentos fiscais e monetários.

Pode-se dizer que a política fiscal apresenta maior eficácia quando o objetivo é a melhoria da distribuição de renda; isso pode ser obtido via taxação das rendas mais altas e aumento dos gastos do governo com destinação a setores menos favorecidos. A política monetária é mais difusa e genérica, no aspecto distributivo.

Uma vantagem frequentemente apontada da política monetária sobre a fiscal é que a primeira tem efeitos imediatos, dado que depende apenas de decisões diretas das autoridades monetárias, enquanto a implementação de políticas fiscais depende de votação do Congresso, o que aumenta a defasagem entre a tomada de decisão e a implementação das medidas fiscais. Ademais, as políticas fiscais só podem ser efetivadas no próximo exercício fiscal (ou seja, no ano seguinte a sua aprovação legal), conforme o chamado **princípio da anterioridade ou anualidade**.

4.3 POLÍTICA CAMBIAL E COMERCIAL

São políticas que atuam sobre as variáveis relacionadas ao setor externo da economia.

A **política cambial** refere-se ao controle do Governo sobre a taxa de câmbio (câmbio fixo, flutuante etc.). A **política comercial** diz respeito aos instrumentos de incentivo às exportações e/ou estímulo/desestímulo às importações, sejam fiscais, creditícios, seja estabelecimento de cotas etc.

4.4 POLÍTICA DE RENDAS (CONTROLE DE PREÇOS E SALÁRIOS)

Alguns tipos de controle exercidos pelas autoridades econômicas podem ser considerados dentro do âmbito das políticas monetárias, fiscal ou cambial (por exemplo, o controle das taxas de juros e da taxa de câmbio).

No entanto, os **controles sobre preços e salários** situam-se em categoria própria de política econômica. A característica especial é a de que, nesses controles, os agentes econômicos ficam proibidos de levar a cabo o que fariam, em resposta a influências econômicas normais do mercado.

Normalmente, esses controles são utilizados como política de combate à inflação. Esses controles também são denominados "**políticas de rendas**" no sentido de que influem diretamente sobre as rendas (salários, lucros, juros, aluguel).

Ressalte-se que a denominação de política de rendas exclui as **políticas assistencialistas**, como o Bolsa Escola (depois denominado Bolsa Família), que são consideradas como uma decisão de política fiscal, como despesas correntes ou de custeio do Governo.

APÊNDICE: DESENVOLVIMENTO DA MACROECONOMIA: BREVE RETROSPECTO

Por uma série de crenças, como "mão invisível", flexibilidade de preços e salários, bem como a **Lei de Say**, pela qual *"a*

oferta cria sua própria procura", os economistas clássicos (assim rotulados por Keynes) acreditavam que o pleno emprego da economia estivesse garantido automaticamente.[2] Era a filosofia do liberalismo econômico, que acreditava que o mercado sozinho, sem intervenção do Estado, levaria ao pleno emprego.

Entretanto, com a grande depressão, que sucedeu ao *crack* da Bolsa de New York, em 1929, houve como que uma perplexidade dos economistas da época, que não dispunham de uma teoria que explicasse o fenômeno e propusesse soluções. Afinal, de acordo com a teoria que prevalecia na época, não deveria existir desemprego, a não ser a chamada **taxa natural de desemprego** que se prende à rotatividade da mão de obra, isto é, indivíduos que estão mudando de cidade ou setor, e passam um pequeno período desempregados.

Justamente nesse ambiente surge o livro de Keynes e as bases da moderna análise macroeconômica, que passam a incorporar uma atuação mais efetiva do Estado, na busca de soluções para os problemas de flutuações do nível de renda e emprego a curto prazo.

O desenvolvimento teórico da macroeconomia desde então tornou possível que tais situações fossem prevenidas e forneceu instrumentos para colocar a economia perto do pleno emprego, bem como controlar a inflação.

Em 1937, J. Hicks lança o artigo "Mr. Keynes and the classics: a suggested interpretation'', que se tornou a versão oficial do livro de Keynes, de tal sorte que todas as análises posteriores foram efetuadas mais com base nesse artigo do que na própria leitura do livro. A partir desse artigo, que introduz o aparato conhecido como IS/LM, vai-se estruturando a chamada **síntese neoclássica-keynesiana** (ou, simplesmente, **síntese neoclássica**), que permite analisar a economia tanto pela hipótese de pleno emprego (clássica ou neoclássica) como pela de desemprego (keynesiana).

A síntese neoclássica, representada pela Análise IS/LM, gera resultados razoáveis, mas apresentava uma dicotomia entre uma economia a pleno emprego e uma economia abaixo do pleno emprego. Como ficará claro no Capítulo 10, supõe-se que, abaixo do pleno emprego, os preços permaneçam constantes, variando o produto e o emprego, enquanto, no pleno emprego, apenas os preços variam, permanecendo constante o produto. Outro ponto a destacar, que também será mostrado no Capítulo 10, é a ênfase dada à demanda ou procura agregada, conhecida como **Princípio da Demanda Efetiva**, pelo qual são os movimentos da demanda que respondem pelas alterações da produção, e não o contrário, como preconiza a Lei de Say.

Uma lacuna no modelo IS-LM é que ele negligencia o papel que as expectativas têm no comportamento dos agentes econômicos, e como isso se reflete no próprio desempenho da economia, tal como fora enfatizado por Keynes.

Surge, nos anos 50, a **Curva de Phillips**, que procura incorporar movimentos da oferta agregada, pouco enfatizada em Keynes, prevendo situações em que havia movimentos conjuntos de preços e salários e produção e emprego, ou seja, um *trade-off* (relação inversa) entre taxas de inflação e taxas de desemprego. Como existe uma relação direta entre nível de atividade (produção) e nível de emprego, a Curva de Phillips corresponde a uma oferta agregada (que relaciona preços e produto) positivamente inclinada. Assim, aumentos de preços (inflação) estão associados a variações positivas da produção agregada e, portanto, do emprego.

Até os anos 60, tinha-se todo o instrumental IS/LM analisando os componentes da demanda agregada acoplado à Curva de Phillips, que retratava as condições da oferta agregada. No entanto, numa herança keynesiana, a ênfase da política econômica ainda era calcada nos instrumentos de política fiscal, negligenciando-se a política monetária (que era associada aos clássicos ou aos neoclássicos).

A Teoria Monetária ressurgiu a partir da segunda metade dos anos 50, liderada por Milton Friedman, da Universidade de Chicago. Friedman também teve uma importante função na ênfase ao papel das expectativas inflacionárias (taxa de inflação esperada), sobre a produção e o emprego e com isso também, como Phillips, recuperou o papel da oferta agregada na Teoria Macroeconômica.

Com isso, os economistas voltam a dar ênfase ao **papel das expectativas** dos agentes sobre a atividade econômica. Começa a desenrolar-se a noção de que os agentes econômicos não podem ser ludibriados sistematicamente, ou seja, que cometam erros sistemáticos de previsão. E é justamente essa ideia que se constitui na base da Escola de Expectativas Racionais, que viria a dar sustentação a toda uma revolução pela qual passou a Macroeconomia durante as décadas de 70 e 80.

A **Escola das Expectativas Racionais**, que passou a ser conhecida como os **novos *clássicos*** *(new classical economics)*, defende que os agentes econômicos, ao formarem suas expectativas sobre alguma variável econômica, acabariam por tentar verificar como aquela variável comportava-se no tempo. Admitindo que existe uma teoria econômica que explica o comportamento da variável, os agentes acabariam por formar suas expectativas com base na própria teoria explicativa. Assim, evitar-se-iam os erros sistemáticos.

À luz de todos esses movimentos, vão configurando-se quatro escolas principais no pensamento macroeconômico: a dos

keynesianos, a dos neoclássicos, a dos novos clássicos e a dos pós-keynesianos. Frequentemente, tanto os neoclássicos como os novos clássicos são denominados de **monetaristas**.

A diferença fundamental entre os keynesianos e os neoclássicos, originária desde o livro de Keynes, refletiria o fato de que os neoclássicos acreditavam que as economias de mercado tendem a gerar equilíbrios em nível de pleno emprego. Por outro lado, os keynesianos procuravam mostrar que a característica fundamental das economias capitalistas era essa incapacidade de alcançar o nível de pleno emprego, em face de falhas estruturais do sistema de mercado.

Os keynesianos também acabaram incorporando em parte a hipótese das expectativas racionais, surgindo uma corrente denominada de **novos keynesianos**, que procura justificar por que existem certos preços e salários rígidos na economia, que amplificam os efeitos das flutuações da demanda agregada sobre a produção e o emprego.

Outro grupo de economistas, denominados **pós-keynesianos**, seguiu uma trajetória teórica distinta. Igualmente insatisfeitos com os resultados que a Macroeconomia vinha apresentando, procuraram, a partir da década de 70, superar essas dificuldades com uma volta ao pensamento de Keynes e outros autores do passado. O suporte para essa releitura de Keynes era a convicção de que deficiências de demanda agregada constituem a questão mais importante das economias capitalistas e são responsáveis pelos níveis de desemprego verificados em muitos países, pela redução da atividade econômica e desaceleração das taxas de crescimento do produto. Voltam, assim, a privilegiar o papel da demanda agregada, que vem sendo um tanto obscurecido pelo debate em torno do comportamento da oferta, a partir dos anos 70.

Outra escola de pensamento relevante é a chamada **teoria real do ciclo econômico**, que surgiu no começo dos anos 80, propondo que o ciclo econômico é explicado fundamentalmente pelas flutuações da oferta agregada. Por isso essa escola é também conhecida como "**Economia do Lado da Oferta**" (**Supply Side Economics**).

Finalmente, há ainda os **institucionalistas**, que procuram incorporar na análise macroeconômica a influência da estrutura das instituições do país.

Como vemos, os diferentes modelos atuais dão ênfase ora ao papel da oferta agregada, ora ao papel da demanda agregada como fontes geradoras das flutuações econômicas.

QUESTÕES DE REVISÃO

1. Conceitue e aponte as principais diferenças entre os enfoques da Macroeconomia e da Microeconomia.

2. Sintetize os objetivos de política econômica.

3. Políticas de estabilização da inflação não são compatíveis com melhoria no grau de distribuição de renda. Você concorda? Por quê?

4. Comente a questão da compatibilidade (ou não) entre as metas de melhoria no grau de distribuição de renda e a busca do crescimento econômico, à luz da experiência brasileira no período do milagre econômico.

5. Resuma os instrumentos de política econômica.

6. Qual é a condição de equilíbrio e quais as variáveis macroeconômicas determinadas:
   a) No mercado de bens e serviços.
   b) No mercado monetário.
   c) No mercado de títulos.
   d) No mercado de trabalho.
   e) No mercado de divisas.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

1. Assinale a alternativa errada:
   a) A política de rendas corresponde basicamente aos controles de preços e salários.

b) A política monetária tem aplicação mais imediata que a política fiscal.
c) A política tributária é um tipo de política fiscal.
d) A política cambial, no setor externo, refere-se a alterações na taxa de câmbio.
e) Todas as alternativas anteriores estão erradas.

2. A "política fiscal" de um governo pode ser definida como sua política relativa à (ao) (aos):
a) Relação entre o total de suas compras de bens e serviços e o total de seus pagamentos de pensões.
b) Regulamentação de atividades bancárias e de crédito.
c) Total e aos tipos de despesas e à maneira de financiar essas despesas (tributação, levantamento de empréstimos etc.).
d) Serviços de educação, saúde e segurança nacional.
e) Regulamentação de impostos.

3. A política monetária e a política fiscal diferem, essencialmente, pelo seguinte fato:
a) A política monetária trata dos recursos totais arrecadados e dos gastos pelo governo, enquanto a política fiscal trata das taxas de juros.
b) A política fiscal procura estimular ou desestimular as despesas de investimento e de consumo, por parte das empresas e das pessoas, influenciando as taxas de juros e a disponibilidade de crédito, enquanto a política monetária funciona diretamente sobre as rendas por meio da tributação e dos gastos públicos.
c) A política monetária procura estimular ou desestimular as despesas de consumo e de investimento, por parte das empresas e das pessoas, influenciando as taxas de juros e a disponibilidade de crédito, enquanto a política fiscal funciona diretamente sobre as rendas mediante a tributação e os gastos públicos.
d) Não há, essencialmente, diferença entre as duas, uma vez que os objetivos e as técnicas de operações são os mesmos.
e) N.r.a.

4. No mercado de trabalho, são determinadas quais das seguintes variáveis macroeconômicas?
a) Nível de emprego e salário real.
b) Nível de emprego e salário monetário.
c) Nível geral de preços e salário real.
d) Salário real e salário monetário.
e) Nível de emprego e nível geral de preços.

[1] O autor beneficiou-se muito neste capítulo das observações e comentários do Prof. Dr. Carlos Antonio Luque, da FEA-USP>.

[2] Um dos maiores pilares da teoria clássica, criada pelo francês Jean Baptiste Say, essa lei preconizava que tudo que fosse produzido seria automaticamente demandado. Como não existia especulação financeira no modelo clássico, a produção gerava renda (salários, lucros), que, por falta de alternativas, deveria ser toda gasta com bens e serviços.